

EDITORIAL

É com satisfação que apresentamos o dossiê temático sobre Desenvolvimento Regional e Ambiente com contribuições sobre desenvolvimento sustentável, gestão de recursos hídricos segurança alimentar, práticas ecológicas, indicadores de sustentabilidade, impactos ambientais e consórcios públicos dentre outros temas em um conjunto de nove artigos, contando ainda com outras quatro contribuições em temáticas diversas.

Este volume inicia com o artigo *O indicador de Desenvolvimento Regional Sustentável na Região Sul do Brasil*, dos autores **Tatiani Sobrinho Del Bianco, Jandir Ferrera de Lima e Camilo Freddy Mendoza Morejon**, que discutem o Desenvolvimento Regional Sustentável da Região Sul do Brasil a partir da elaboração do Indicador de Desenvolvimento Regional Sustentável (IDRS), que além das variáveis econômicas e sociais incorporou também variáveis ambientais, constituindo um instrumento otimizado para o planejamento de políticas públicas e ações em prol do desenvolvimento sustentável em escala regional, estadual e municipal.

Na sequência, o artigo *Gestão dos Recursos Hídricos no Acre: descentralização, participação e implantação dos seus instrumentos*, dos autores **Ayri Saraiva Rando e Adailton de Sousa Galvão**, analisa a gestão dos recursos hídricos no Acre, comparando-a com a gestão paulista por meio da análise comparativa pertinente à elaboração e à implantação dos instrumentos previstos nas políticas de recursos hídricos, tendo como resultado que o estágio da gestão é básico para a dimensão de governança avaliada. A contribuição de **Angélica Cristina da Siqueira, Daniela Garcez Wives, Tathiane Muriel Medeiros, Natany Meregalli Schreiber, Leonardo Xavier da Silva e Gabriela Coelho de Souza**, que analisam os indicadores da Dimensão I (Produção de Alimentos) do Observatório Socioambiental em Segurança Alimentar e Nutricional do Rio Grande do Sul – OBSSAN-RS – em nível municipal, discutindo a importância dessa ferramenta para o monitoramento do estabelecimento do Direito Humano à Alimentação Adequada é apresentada no artigo *Observatório Socioambiental em Segurança Alimentar e Nutricional: análise dos indicadores de produção de alimentos em nível municipal no Rio Grande do Sul*.

Rogério Ferreira Teixeira e Lucas Barbosa e Souza investigam a percepção sobre o meio ambiente e as práticas da economia ecológica na Comunidade Quilombola da Barra da Aroeira, localizada no município de Santa Teresa do Tocantins, estado do Tocantins, abordando questões ligadas à natureza, à produção e ao modo de vida na Comunidade, com a intenção de melhor conhecê-la e de identificar ações efetivas, técnicas e princípios com potencial para a promoção de desenvolvimento local replicáveis em outros contextos, sobretudo no Estado do Tocantins em seu artigo *Comunidade Quilombola Barra da Aroeira (TO): abordagem fenomenológica das práticas ecológicas*. O artigo *Índice de Sustentabilidade do município de Barra do Choça/BA*, de **Celeste Dias Amorim, George Nathan Souza Brito e Milton Ferreira da Silva Júnior** objetivou determinar o índice de sustentabilidade do Município de Barra do Choça, Bahia, através da seleção de três indicadores para cada dimensão, procurando servir para embasar a tomada de decisões visando à melhoria da sustentabilidade municipal.

A discussão sobre *Impactos ambientais e delimitação da Área de Preservação Permanente no Rio Espinharas no trecho urbano de Patos/PB* é realizada por **João Batista Alves** e **Felipe Silva de Medeiros**, que teve como objetivo apresentar e avaliar a proposta de delimitação da área de preservação permanente - APP do trecho urbano do Rio Espinharas, na cidade de Patos-PB, realizada pela Superintendência e Administração do Meio Ambiente do Estado da Paraíba – SUDEMA/PB e diagnosticar os principais impactos ambientais. Os autores **Priscila Alves dos Anjos**, **Karen Juliana do Amaral** e **Klaus Martin Fischer** discutem como um Consórcio Público pode ser uma alternativa viável para atendimento às atuais exigências do cenário de saneamento básico analisando o processo de formação de novos consórcios públicos intermunicipais de resíduos sólidos urbanos no Estado do Paraná em seu artigo *Consórcios públicos de resíduos sólidos urbanos na perspectiva regional do Paraná*.

José Ribamar Marques de Carvalho, *Enyedja Kerly Martins de Araújo Carvalho*, *Renilson Targino Dantas* e *Sérgio Murilo Santos de Araújo* analisam a situação da *performance* em relação à saúde ambiental dos municípios que integram a Região do Rio Taperoá – PB, evidenciando as fragilidades que cada ente público apresenta em relação à gestão da saúde ambiental e seus supostos desdobramentos, apontando os supostos entraves relacionados às questões sociais, econômicas e ambientais que se relacionam implícita ou explicitamente com este tipo de gestão em seu artigo *Indicadores de saúde ambiental: uma abordagem através do método Promethee II*. E finalizando a discussão de temas relacionados à questão ambiental, **Mariana Barbosa de Souza** e **Rosí Cristina Espíndola da Silveira**, em *Gestão de recursos hídricos: uma análise do Plano Municipal de Saneamento Básico de Xangri-Lá/RS* analisam a forma como ocorre a regionalização e gestão dos recursos hídricos a partir da análise do Plano Municipal de Saneamento Básico de Xangri-Lá, apontando que a legislação, bem como os documentos averiguados, ainda em fase de solidificação, perpassam por diversos desafios à sua implantação efetiva.

No conjunto de outros temas de desenvolvimento, **Tatiana Aparecida Balem**, **Gustavo Pinto da Silva** e **José Marcos Froehlich** tem por objetivo, a partir da análise do Território da Cidadania Central do Rio Grande do Sul, identificar se os limites e as possibilidades da implantação deste território são oriundos da política pública ou das particularidades da própria região, concluindo que mesmo que o território se mostre um importante espaço de discussão e de mobilização da região, ainda se mostra insuficiente para dar conta do desenvolvimento territorial, já que as ações políticas e de desenvolvimento para o espaço circunscrito no mesmo não convergem totalmente em seu artigo *Limites e possibilidades da Política de Desenvolvimento Territorial: uma análise a partir do Território Central da Cidadania do RS*. O artigo *Redes urbanas regionais e desenvolvimento territorial: uma análise do Território do Noroeste de Minas no período recente*, de **Clesio Marcelino de Jesus** e **Soraia Aparecida Cardozo** tem como objetivo mostrar que a constituição de um território rural como recorte para implementação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento necessita considerar a configuração da rede urbana à qual pertencem os municípios que o compõem, com identificação de quais são as relações hierárquicas entre os municípios que conformam o território e se os centros de maior dinamismo irradiam influência para o seu conjunto.

Francisco José Silva Tabosa, Jair do Amaral Filho e Uyara de Salles Gomide investigam a hipótese da Curva de Kuznets com o intuito de verificar se existe uma relação de “U invertido” entre a desigualdade de renda e crescimento econômico no Brasil no período de 1981 a 2009, verificando que as evidências empíricas revelaram, de uma forma geral, que a hipótese de Kuznets não é corroborada em seu ensaio *Reexaminando a Curva de Kuznets: evidências para o Brasil no período de 1981-2009*. E, finalizando mais esta edição da REDES, **Alcimar das Chagas Ribeiro e Claudio Carvalho Marouvo**, em *O papel da moeda na dinâmica econômica da Baixada Fluminense - RJ*, investigam se a moeda pode exercer um papel endógeno na dinâmica econômica da região estudada, segundo os preceitos pós-keynesiano de desenvolvimento regional ou se a sua importância é derivada de ações exógenas.

Agradecemos aos pareceristas que participaram da avaliação dos artigos que compõem esse número e desejamos aos nossos leitores uma boa leitura.

Markus Erwin Brose
Rosi Cristina Espindola da Silveira
Silvio Cezar Arend
Organizadores

Ângela Cristina Trevisan Felippi
Rogério Leandro Lima da Silveira
Editores